

DIREITO PENAL

1. Sobre o tipo dos crimes dolosos de ação, assinale a alternativa correta:

- a) o legislador penal brasileiro adotou a teoria da adequação para explicar o nexo de causalidade entre ação e resultado.
- b) o tipo subjetivo de todos os crimes dolosos de ação é constituído por consciência e vontade, que compõem o dolo, e por elementos subjetivos especiais, diversos do dolo.
- c) o autor **A** faz explodir eletronicamente bomba previamente instalada no veículo do motorista **B**, com a finalidade de matá-lo, e a explosão da bomba produz, também, a morte de **C**, que o autor sabia que estava no veículo: a morte de **B** é atribuível ao autor a título de dolo direto de 1º grau, e a morte de **C**, representada como necessária pelo autor, é atribuível a este a título de dolo direto de 2º grau.
- d) o erro de tipo não pode recair sobre elementos normativos do tipo objetivo.
- e) a *aberratio ictus* ocorre quando o agente, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, atinge pessoa diversa daquela que pretendia, hipótese em que as condições ou qualidades pessoais da pessoa atingida são penalmente relevantes.

2. Sobre o tipo dos crimes culposos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a culpa inconsciente é definida pela ausência de representação da lesão do dever de cuidado ou do risco permitido, e, portanto, não admite hipóteses de punibilidade.
- b) a intensidade da lesão do dever de cuidado ou do risco permitido pode determinar variações da gravidade da culpa, e assim fundamentar maior ou menor reprovabilidade do autor, no âmbito da circunstância judicial da culpabilidade (Código Penal, art. 59).
- c) no tipo dos crimes culposos, o resultado de lesão do bem jurídico é imputável ao autor se for o produto específico da lesão do dever de cuidado ou do risco permitido.
- d) a diferença fundamental entre dolo eventual e culpa consciente está no fato de que, na primeira hipótese, o autor aceita ou se conforma com o possível resultado de lesão do bem jurídico, e na segunda hipótese, embora considere como possível o resultado de lesão do bem jurídico, o autor confia na sua concreta evitação.
- e) no tipo dos crimes culposos, o desvalor da ação é definido pela lesão do dever de cuidado ou lesão do risco permitido.

3. Sobre o tipo dos crimes de omissão de ação, assinale a alternativa correta:

- a) a omissão de ação própria se fundamenta na posição de garantidor do bem jurídico.
- b) os tipos de omissão de ação próprios e impróprios, em razão de sua estrutura subjetiva, não admitem figuras culposas.
- c) na omissão de ação imprópria, o omitente responde pelo resultado de lesão do bem jurídico.
- d) os tipos de omissão de ação próprios são incompatíveis com os delitos de perigo abstrato, realizáveis por simples atividade.
- e) o crime de omissão de socorro, previsto no art. 135 do Código Penal, só pode ser praticado por aquele que se encontra na posição de garantidor do bem jurídico protegido pela norma.

4. Sobre o tema antijuridicidade e justificção, assinale a alternativa correta:

- a) nem todas as hipóteses legais de justificção admitem o excesso na ação justificada.
- b) o legislador penal brasileiro adotou a teoria diferenciadora para disciplinar o estado de necessidade.
- c) se **A** desfere golpe mortal no cão feroz de **B**, para proteger criança do ataque furioso do animal, a ação de **A** é justificável por legítima defesa de terceiro.
- d) o consentimento do ofendido pode ter natureza de excludente da tipicidade ou de justificção supra legal da ação típica.
- e) o excesso, na legítima defesa, por uso imoderado de meio necessário, só pode ser imputado ao autor a título de dolo.

5. Sobre o tema culpabilidade e exculpação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) de acordo com a sistemática adotada pelo Código Penal, a imputabilidade, como elemento da culpabilidade, não pode ser excluída em situações de *actio libera in causa*.
- b) a capacidade relativa de culpabilidade, por perturbação da saúde mental, não exclui a culpabilidade, mas é fator obrigatório de redução de pena.
- c) o excesso no cumprimento de ordem não manifestamente ilegal, emanada de superior hierárquico, pode ser atribuído ao subordinado a título de dolo ou culpa.
- d) a coação moral irresistível pode fundamentar hipótese legal de exclusão da culpabilidade, por inexigibilidade de comportamento diverso, diferentemente da coação física absoluta, que exclui a própria ação.
- e) se o inimputável por doença mental realiza uma ação típica, aplica-se medida de segurança, não sendo necessário verificar se estava ou não em situação de justificção.

6. Sobre o tema *modalidades de erro*, assinale a alternativa **INCORRETA:**

- a) o erro de proibição pode recair sobre o dever jurídico de agir, que fundamenta a posição de garantidor do bem jurídico.
- b) o legislador penal brasileiro adotou a teoria limitada da culpabilidade, que trata o erro sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação como erro de tipo permissivo, com as mesmas conseqüências jurídicas do erro de tipo.
- c) o erro de proibição, se inevitável, exclui a culpabilidade, e se evitável, reduz a culpabilidade; o erro de tipo, se inevitável, exclui o dolo e o próprio crime, e se evitável, pode ser punido a título de culpa, se prevista a modalidade em lei.
- d) o erro de permissão, ou erro de proibição indireto, tem por objeto os limites jurídicos de uma causa de justificação legal, ou a existência de uma causa de justificação inexistente.
- e) o erro de proibição não pode incidir sobre o dever jurídico de cuidado, que fundamenta os tipos culposos.

7. Sobre o tema *autoria e participação*, assinale a alternativa **correta:**

- a) ocorre a autoria colateral quando ações paralelas de agentes diversos lesionam um mesmo bem jurídico, como resultado de prévio planejamento conjunto.
- b) na autoria mediata, o terceiro utilizado como instrumento pelo autor mediato para a prática do crime, pode ser um sujeito inimputável ou imputável, conforme a hipótese concreta.
- c) no crime de peculato (Código Penal, art. 312), a qualidade de funcionário público do autor não se comunica ao partícipe que não é funcionário público, ainda que aquela qualidade seja de pleno conhecimento deste último.
- d) **A, B e C** resolvem praticar furto noturno em residência, quando então **A**, por decisão e execução exclusiva, pratica estupro contra a vítima **D**, que acordara durante a execução do crime patrimonial. Assim, a prática do crime sexual também é imputável a **B e C**, ainda que não tenha ingressado na esfera de previsibilidade destes últimos.
- e) a punibilidade da participação, segundo a teoria da acessoriedade limitada, exige que a ação principal, além de típica e antijurídica, também seja culpável.

8. Sobre o tema *tentativa e consumação*, assinale a alternativa **INCORRETA:**

- a) a causa de diminuição de pena do arrependimento posterior é aplicável somente aos crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa, desde que reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente.
- b) a desistência voluntária pode se materializar em hipóteses de tentativa acabada ou de tentativa inacabada.
- c) a tentativa inidônea, também conhecida como crime impossível, pode ocorrer por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto.
- d) os crimes culposos não admitem tentativa.
- e) o arrependimento eficaz ocorre quando o autor, após realizar todos os atos necessários à produção do resultado, mediante nova ação impede que este resultado se concretize.

9. Sobre o tema *unidade e pluralidade de crimes*, assinale a alternativa **INCORRETA:**

- a) a continuidade delitiva, regida pelo princípio da exasperação da pena, pode se verificar, inclusive, em hipóteses de crimes dolosos contra vítimas diferentes, praticados mediante violência ou grave ameaça à pessoa, observada a valoração de determinadas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, e a adoção de patamar diferenciado de fração de aumento.
- b) o denominado concurso formal impróprio ocorre quando a pluralidade de resultados típicos é produto de ação ou omissão dolosa única do agente, porém derivada de desígnios autônomos, razão pela qual o critério excepcional a ser aplicado é o de cumulação de penas.
- c) o princípio da subsidiariedade do conflito aparente de normas é o critério utilizado para resolver o conflito aparente entre o homicídio e o infanticídio, determinando a prevalência deste último.
- d) o resultado diverso do pretendido, por acidente ou erro na execução do crime - *aberratio criminis* -, pode proporcionar hipótese de crime único, ou, ainda, hipótese de concurso formal entre crime doloso e culposos.
- e) o concurso material observa o critério de cumulação de penas privativas de liberdade, aplicadas a cada um dos crimes praticados pelo agente, independentemente da natureza dos crimes e da maneira de execução respectiva.

10. Sobre o tema *aplicação da pena*, assinale a alternativa **INCORRETA:**

- a) a circunstância judicial da culpabilidade como *quantidade* de reprovação do sujeito, mensurável na pena-base (Código Penal, art. 59), não se confunde com a culpabilidade como *qualidade* do conceito de fato punível.
- b) as circunstâncias judiciais da culpabilidade, antecedentes, personalidade, conduta social e motivos, constituem elementos de aferição relativos ao sujeito ativo do crime, diferentemente das demais circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal.
- c) de acordo com a sistemática adotada pelo Código Penal, a reincidência, entre outros efeitos negativos, pode agravar a quantidade da pena privativa de liberdade, determinar a fixação de regime mais rigoroso de cumprimento de pena e impossibilitar a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- d) o réu condenado por crime de lesões corporais graves (Código Penal, art. 129, § 1º, inciso I) poderá fazer jus à substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, desde que a pena concretamente aplicada

não ultrapasse o limite de 4 (quatro) anos, que não seja reincidente em crime doloso e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal sejam favoráveis.

e) o *quantum* final da pena privativa de liberdade poderá ser obtido a partir de fundamentos extraíveis apenas na 1ª fase de aplicação da pena, desde que inexistentes quaisquer circunstâncias modificadoras nas fases subsequentes.

11. Sobre o tema *prescrição*, assinale a alternativa *correta*:

a) são modalidades de prescrição, expressamente previstas no Código Penal, a prescrição pela pena em abstrato, a prescrição pela pena em concreto e a prescrição pela pena em perspectiva ou antecipada.

b) se a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva é reconhecida ao autor **A**, porque era menor de 21 (vinte e um) anos ao tempo do fato, a redução do prazo prescricional pela metade também beneficia o partícipe **B**, maior de 21 (vinte e um) anos ao tempo do fato.

c) na hipótese de crime continuado, a prescrição retroativa regula-se pela pena concretamente imposta na sentença, considerando para efeito de cálculo o acréscimo de pena decorrente da continuação.

d) a declaração da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão executória extingue todos os efeitos penais e extrapenais da condenação.

e) a prescrição intercorrente é forma de prescrição da pretensão punitiva, se fundamenta na pena em concreto e não pode utilizar como cálculo períodos anteriores à sentença condenatória.

12. Analise as assertivas relacionadas a crimes previstos na Parte Especial do Código Penal, e assinale a alternativa *correta*:

a) se o autor pratica homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral, e também por motivo definível como torpe, é possível o reconhecimento da figura do homicídio qualificado-privilegiado, em face da compatibilidade entre as circunstâncias subjetivas respectivas.

b) o perdão judicial, como causa de extinção da punibilidade, é admissível, entre outros, nos crimes de homicídio culposo, lesões corporais culposas, receptação culposa e injúria.

c) se o autor pratica homicídio objetivando *assegurar a ocultação de outro crime*, responde por homicídio simples, com a agravante específica respectiva, prevista no rol do art. 61 do Código Penal.

d) os crimes de furto, apropriação indébita, estelionato e receptação dolosa admitem a forma derivada do tipo privilegiado.

e) se o funcionário público exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, responde pelo crime de corrupção passiva, previsto no art. 317 do Código Penal, independentemente do recebimento da vantagem respectiva.

13. Sobre o crime de embriaguez ao volante, previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), alterado pela Lei 11.705/08, assinale a alternativa *INCORRETA*:

a) a nova redação do art. 291 do Código de Trânsito Brasileiro exclui qualquer possibilidade de aplicação do instituto da transação penal (Lei 9.099/95, art. 76) ao crime de embriaguez ao volante (art. 306 da Lei 9.503/97).

b) com a nova redação do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, o legislador elevou à categoria de elemento do tipo objetivo a circunstância de o agente conduzir veículo automotor, na via pública, *estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas*.

c) a pena mínima abstratamente cominada ao crime do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro pode admitir proposta de suspensão condicional do processo (Lei 9.099/95, art. 89).

d) o crime do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro é crime de perigo concreto.

e) a nova redação do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro também contemplou a possibilidade de condutas típicas alternativas, como a condução de veículo automotor, na via pública, *sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência*.

14. Analise as assertivas relacionadas a crimes previstos na legislação penal especial, e assinale a alternativa *correta*:

a) a perda do cargo e a inabilitação, pelo prazo de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, é aplicável em caso de condenação definitiva em qualquer dos crimes previstos no art. 1º e incisos, do Decreto-Lei 201/67, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores.

b) no crime de tráfico de drogas, para aplicabilidade do benefício de redução de pena previsto no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06, os requisitos necessários são: que o agente seja primário e não integre organização criminosa.

c) a prorrogação reiterada dos prazos previstos no art. 30 e 32 da Lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), para registro ou entrega espontânea de armas de fogo, acabou proporcionando hipótese de *vacatio legis indireta*, com conseqüente *abolitio criminis* temporária das condutas de posse ilegal e de porte ilegal de arma de fogo.

d) a Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) prevê variadas causas especiais de aumento de pena, aplicáveis exclusivamente ao crime tipificado no art. 302 (homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor).

e) a pena privativa de liberdade referente aos crimes de tráfico e de associação ao tráfico, previstos respectivamente nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06, deverá ser cumprida em regime inicialmente fechado, por força do disposto no art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/90.

DIREITO AMBIENTAL

15. Assinale a alternativa *INCORRETA*:

- a) para atender a suas peculiaridades próprias, os Estados exercerão a competência legislativa plena, desde que não exista lei federal sobre normas gerais ambientais.
- b) a competência plena dos Estados sofre dupla limitação, qualitativa e temporal: a norma estadual não pode exorbitar a peculiaridade ou o interesse do próprio Estado e terá que se ajustar ao disposto em norma federal ambiental superveniente.
- c) a competência da União para legislar sobre normas gerais ambientais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- d) a competência suplementar dos Estados a um texto legal poderá desviar-se da *mens legis* ambiental federal.
- e) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre fauna e florestas.

16. Assinale a alternativa *INCORRETA*:

- a) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- b) a responsabilidade civil no direito ambiental é objetiva, isto é, independe da existência de culpa, e o poluidor é obrigado a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade.
- c) princípio do limite é aquele em que o Poder Público tem o dever de fixar parâmetros para as emissões de partículas, de ruídos e de presença a corpos estranhos ao meio ambiente, levando em conta a proteção da vida e do próprio meio ambiente.
- d) o Sistema Nacional do Meio Ambiente é constituído por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como pelas fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, tendo em sua estrutura o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, órgão meramente consultivo.
- e) as áreas de preservação permanente declaradas por ato do Poder Público estão disciplinadas no artigo 3º da Lei nº. 4.771/1965.

17. Assinale a alternativa *INCORRETA*:

- a) não é possível o tombamento concomitante de um mesmo bem por diferentes Poderes Públicos da federação.
- b) no crime de poluição, descrito no *caput* do artigo 54 da Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), previu o legislador, no mesmo tipo penal, as modalidades de crime de dano e de perigo.
- c) todos os crimes previstos na Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) são de ação penal pública incondicionada, ou seja, independem de provocação da vítima.
- d) nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no artigo 76 da Lei 9.099/95, somente poderá ser formulada desde que tenha havido prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade.
- e) nos termos da Lei 9.873/99, prescreve em 5 (cinco) anos a ação punitiva da administração pública federal, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

DIREITO ELEITORAL:

18. Relativamente a *crimes eleitorais*, assinale a alternativa *INCORRETA*:

- a) as modalidades de crimes eleitorais previstas no Código Eleitoral (Lei 4.737/65) admitem algumas figuras culposas.
- b) se a falsificação de documento público, a falsificação de documento particular ou a falsidade ideológica forem praticadas para fins eleitorais, o agente respectivo não responde por crime comum, previsto no Código Penal, mas por prática de crime eleitoral, em razão de tipificação específica de cada um daqueles crimes no Código Eleitoral (Lei 4.737/65).
- c) os crimes contra a honra, praticados na propaganda eleitoral, ou visando a fins de propaganda, tipificados nos arts. 324 a 326 do Código Eleitoral (Lei 4.737/65), admitem, em tese, a incidência de causas de aumento de pena especiais.
- d) as modalidades de crimes eleitorais estão previstas no Código Eleitoral (Lei 4.737/65) e em legislação eleitoral especial.
- e) os crimes previstos no Código Eleitoral contam com procedimento especial previsto na própria Lei 4.737/65.

19. Sobre o tema *propaganda eleitoral*, assinale a alternativa *correta*:

- a) a propaganda eleitoral mediante *outdoors* é admissível, desde que após o dia 5 de julho do ano da eleição.
- b) no dia da eleição, constitui infração administrativa a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, mediante publicações, cartazes, camisas, bonés, broches ou dísticos em vestuário.
- c) constitui crime o uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista.

- d) a realização de comícios, de *showmícios* e de eventos assemelhados para promoção de candidatos é permitida no horário compreendido entre as 8 (oito) e as 24 (vinte e quatro) horas.
- e) nos postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é permitida a veiculação de propaganda eleitoral, desde que não lhes cause dano e não dificulte ou impeça o uso ou o bom andamento do tráfego.

20. A Lei Complementar 064/90 estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências. Em relação ao tema, assinale a alternativa **INCORRETA:**

- a) são inelegíveis para qualquer cargo os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão.
- b) o Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão candidatar-se a outros cargos, preservando os seus mandatos respectivos, desde que, nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, não tenham sucedido ou substituído o titular.
- c) caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.
- d) a declaração de inelegibilidade do candidato à Presidência da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeito Municipal não atingirá o candidato a Vice-Presidente, Vice-Governador ou Vice-Prefeito, assim como a destes não atingirá aqueles.
- e) caberá exclusivamente ao Ministério Público Eleitoral representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21) Sobre o controle de constitucionalidade concentrado de lei ou de ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição do Estado do Paraná, assinale a alternativa **INCORRETA:**

- a) na ação direta de inconstitucionalidade incumbirá à Procuradoria-Geral do Estado atuar na curadoria de presunção de legitimidade do ato impugnado;
- b) somente pelo voto da maioria absoluta dos seus membros ou dos membros do seu órgão especial poderá o Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público;
- c) o Procurador-Geral de Justiça será sempre ouvido nas ações diretas de inconstitucionalidade;
- d) todo o partido político legalmente constituído tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição do Estado do Paraná;
- e) declarada a inconstitucionalidade, a decisão será comunicada à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal para suspensão da execução da lei ou ato impugnado.

22) Sobre o processo legislativo na Constituição do Estado do Paraná, analise as seguintes assertivas e após assinale a alternativa **correta:**

I – a proposta de emenda à Constituição Estadual será discutida e votada em dois turnos, considerando-se a mesma aprovada quando obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de três quintos dos membros da Assembléia Legislativa;

II – será nominal a votação de emenda à Constituição Estadual;

III – as leis complementares são aprovadas por maioria absoluta dos integrantes da Assembléia Legislativa;

IV – a matéria constante do projeto de lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria dos Deputados;

V – não pode ser objeto de lei delegada a matéria reservada à lei complementar.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas;
- c) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas;
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas;
- e) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.

23) Analise as seguintes assertivas e após assinale a alternativa **correta:**

I – É da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

II – Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por maioria absoluta de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

III – Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após argüição

pública, a escolha do Procurador-Geral da República;

IV – É da competência exclusiva da Câmara dos Deputados julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

V – As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas;
- c) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas;
- d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas;
- e) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.

24) Analise as seguintes assertivas e após assinale a alternativa correta:

I – É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito processual civil;

II – É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito tributário;

III – A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;

IV – A matéria constante de proposta de emenda à Constituição Federal rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa;

V – não será objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição tendente a abolir os direitos e garantias individuais.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas;
- c) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas;
- d) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas;
- e) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

25) Analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa correta:

I – O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, vedada a recondução;

II – o Procurador-Geral da República integra e preside o Conselho Nacional do Ministério Público;

III – incumbe ao Supremo Tribunal Federal indicar dois juizes que integrarão o Conselho Nacional do Ministério Público;

IV – incumbe ao Senado Federal indicar dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada que integrarão o Conselho Nacional do Ministério Público;

V – o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas;
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas;
- d) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas;
- e) Apenas as assertivas II e V estão corretas.

26) Analise as seguintes assertivas e após assinale a alternativa correta:

I – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais;

II – as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual;

III – é vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

IV – os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum;

V – cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

- a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas;
- b) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas;
- c) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas;
- d) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas;
- e) Todas as assertivas estão corretas.

27) Analise as seguintes assertivas e após assinale a alternativa correta:

I – O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios e preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição Estadual;

II – A Câmara Municipal não gastará mais de 60% (sessenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores;

III – compete aos Municípios prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

IV – compete aos Municípios suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

V – o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas;
- c) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas;
- d) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas;
- e) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.

28) Compete privativamente à União legislar sobre:

- a) proteção à infância e juventude;
- b) direito financeiro;
- c) produção e consumo;
- d) registros públicos;
- e) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

29) Analise as seguintes assertivas e após assinale a alternativa correta:

I – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

II – somente se concederá *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

III – são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*;

IV – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, em qualquer hipótese, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

V – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, ainda que amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

VI – os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

- a) Apenas as assertivas II e III estão corretas;
- b) Apenas as assertivas III e VI estão corretas;
- c) Apenas as assertivas II, III e VI estão corretas;
- d) Apenas as assertivas I, II, III, IV e VI estão corretas;
- e) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

30) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- b) são estáveis, após 2 (dois) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público;
- c) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- d) a proibição de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;
- e) depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias de sociedades de economia mista.

31) Analise as seguintes assertivas e após assinale a alternativa correta:

I – compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal;

II – o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, vedada a recondução;

III – as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;

IV – a Mesa de Assembleia Legislativa pode propor ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;

V - sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

- a) Apenas as assertivas I, III IV e V estão corretas;
- b) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas;
- c) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas;
- d) Apenas as assertivas I, II, III estão corretas;
- e) Todas as assertivas estão corretas.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

32) Analise as seguintes assertivas e após assinale a alternativa correta:

I – O pátrio poder será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência;

II – aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores;

III – o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado apenas contra os pais, sem qualquer restrição, observado o segredo de justiça;

IV – os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação;

V – a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Todas as assertivas estão incorretas;
- c) Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas;
- d) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas;
- e) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.

33) Analise as seguintes assertivas e após assinale a alternativa correta:

I – a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais;

II – a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros;

III – a guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários;

IV – excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados;

V – a guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas;
- c) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas;
- d) Apenas as assertivas I e V estão corretas;
- e) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.

34) Analise as seguintes assertivas e após assinale a alternativa correta:

I – É vedada a adoção por procuração;

II – se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantém-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes;

III – é recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 4º grau, observada a ordem de vocação hereditária;

IV – os divorciados e os judicialmente separados poderão adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas, e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância da sociedade conjugal;

V – quando o adotando for maior de doze anos, será necessário o seu consentimento para a adoção.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas;
- c) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas;

- d) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas;
- e) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

35) Analise as seguintes assertivas e após assinale a alternativa correta:

I – compete ao representante do Ministério Público conceder a remissão como forma de suspensão ou extinção do processo;

II – a remissão não implica necessariamente, o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas sócio-educativas previstas em lei, exceto a de internação;

III – para conceder a remissão o representante do Ministério Público deverá considerar as circunstâncias e conseqüências do fato, o contexto social, a personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional;

IV – concedida a remissão pelo representante do Ministério Público, mediante termo fundamentado, que conterà o resumo dos fatos, os autos serão conclusos à autoridade judiciária para homologação;

V - caso a autoridade judiciária discorde da remissão concedida pelo representante do Ministério Público fará remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, mediante despacho fundamentado, e este ofereça representação, designará outro membro do Ministério Público para apresentá-la, ou ratificará a remissão, que só então estará a autoridade judiciária obrigada a homologar.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas;
- c) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas;
- d) Apenas as assertivas I e II estão corretas;
- e) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.

36) Analise as seguintes assertivas e após assinale a alternativa correta:

I – a medida sócio-educativa de prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período mínimo de seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais;

II – a medida sócio-educativa de liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de três meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor;

III – a imposição da medida sócio-educativa de internação em estabelecimento educacional pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração;

IV - a medida sócio-educativa de advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes de autoria;

V - a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias, sendo que a decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas;
- c) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas;
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas;
- e) Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.

37) Constitui crime descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente a seguinte conduta:

a) Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente;

b) Hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres;

c) Impedir ou embarçar a ação de membro do Conselho Tutelar no exercício de função prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente;

d) Vender ou locar para criança ou adolescente fita de programação em vídeo, em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente;

e) Impedir o responsável ou funcionário de entidade de atendimento que o adolescente privado de liberdade aviste-se reservadamente com o seu defensor.

LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

38) Não compete ao Conselho Superior do Ministério Público:

- a) Deliberar sobre a promoção de arquivamento de inquérito civil ou peças de informações, nos casos previstos em lei;
- b) Aprovar os pedidos de remoção, opção, permuta readmissão, reintegração, reversão e aproveitamento de membros do Ministério Público;

- c) Determinar a verificação de incapacidade física, mental ou moral de membro do Ministério Público;
- d) Deliberar sobre as atribuições das Procuradorias e Promotorias de Justiça;
- e) Aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre as reclamações formuladas.

39) Analise as seguintes assertivas e após assinale a alternativa correta:

I – constitui prerrogativa dos membros do Ministério Público ser ouvido, como testemunha ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, em dia, hora e local previamente ajustados com o Juiz ou autoridade competente;

II – constitui prerrogativa dos membros do Ministério Público não ser preso senão por ordem judicial escrita e fundamentada, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade, sob pena de responsabilidade e relaxamento da prisão, fará imediata comunicação e apresentação do membro do Ministério Público ao Procurador-Geral de Justiça;

III – constitui prerrogativa dos membros do Ministério Público, no exercício de sua função ou em razão dela, receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, através da entrega dos autos com vista;

IV – constitui prerrogativa dos membros do Ministério Público, no exercício de sua função ou em razão dela, gozar de imunidade pelas opiniões que externar ou pelo teor de suas manifestações processuais ou procedimentais, nos limites de sua independência funcional;

V – constitui prerrogativa dos membros do Ministério Público, no exercício de sua função ou em razão dela, requisitar informações, a serem prestadas em quarenta e oito horas, sobre inquérito policial não ultimado no prazo legal, podendo requisitar a imediata remessa do mesmo, no estado em que se encontre;

VI – ter acesso ao indiciado preso, a qualquer momento, exceto quando decretada sua incomunicabilidade.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas;
- c) Apenas as assertivas I, II, IV, V e VI estão corretas;
- d) Apenas as assertivas II, III, IV e VI estão corretas;
- e) Apenas as assertivas I, II, III, IV e V estão corretas.

FILOSOFIA OU SOCIOLOGIA JURÍDICA

40) Analise as seguintes assertivas a respeito do Direito Penal do Inimigo e após assinale a alternativa correta segundo tal linha de pensamento:

I – segundo tal linha de pensamento, o Estado deve manter duas espécies de Direito Penal, o primeiro voltado para o cidadão e o segundo voltado para o inimigo;

II – cidadão é quem, mesmo depois do crime, oferece garantias de que se conduzirá como pessoa que atua com fidelidade ao Direito. Inimigo é quem não oferece essa garantia, se afastando de modo permanente do Direito;

III – o cidadão que praticar um crime será respeitado e contará com todas as garantias penais e processuais; o inimigo, por não admitir ingressar no estado de cidadania, não pode contar com as mesmas garantias penais e processuais do cidadão;

IV - para o cidadão espera-se que ele exteriorize um fato para que incida a reação estatal; em relação ao inimigo deve ele ser interceptado prontamente, no estágio prévio, em razão de sua periculosidade;

V - as medidas contra o inimigo olham prioritariamente o que ele fez no passado, sem influência do que ele poderá representar de perigo no futuro.

- a) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas;
- b) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas;
- c) Apenas as assertivas I e V estão corretas;
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas;
- e) Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. A Constituição Federal assegura, com exclusividade, ao Tribunal do Júri:

- a) soberania dos veredictos, competência para julgar crimes contra a vida, contraditório e plenitude de defesa;
- b) sigilo das votações, soberania dos veredictos, competência para julgar crimes contra a vida e plenitude de defesa;
- c) contraditório, soberania dos veredictos, competência para julgar crimes contra a vida e plenitude de defesa;
- d) competência para julgar crimes contra a vida, sigilo das votações, incomunicabilidade do conselho de sentença e plenitude de defesa;
- e) soberania dos veredictos, contraditório, ampla defesa e sigilo das votações.

42. Numa ação penal, com imputação de crime de estupro (art. 213, “caput”, do CP), o denunciado é citado por hora certa e não se faz presente nos autos. Conforme previsão do Código de Processo Penal, na fase processual seguinte:

- a) se não for oferecida defesa no prazo legal, decreta-se a revelia do acusado e nomeia-se defensor dativo para representá-lo na audiência de instrução e julgamento;
- b) suspende-se o processo e o prazo de prescrição, não se praticando nenhum ato processual até que o acusado se faça presente nos autos, diretamente ou por meio de seu defensor;
- c) se não for apresentada defesa no prazo legal, o juízo nomeará defensor dativo para oferecer defesa escrita, prosseguindo o processo à revelia do acusado;
- d) suspende-se o prazo de prescrição, eventualmente será produzida prova antecipada a pedido do Ministério Público, mas o processo ficará suspenso até que o denunciado se faça presente nos autos, pessoalmente ou por meio de defensor;
- e) faz-se a citação do denunciado por edital e se não for oferecida defesa no prazo legal, nomeia-se defensor dativo para fazer a defesa escrita, prosseguindo o processo à revelia do acusado.

43. Tendo em conta as assertivas abaixo, responda:

I - a medida de busca e apreensão não pode ser determinada para prender criminosos;

II - o Código de Processo Penal dispõe que a perícia deve ser elaborada por dois peritos oficiais ou, na falta destes, por duas pessoas idôneas, com diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame;

III - prova ilícita, em sentido estrito, é aquela colhida sem observância às regras de direito processual;

IV - a prisão preventiva, desde que presentes os seus pressupostos e requisitos, pode ser decretada ainda que o acusado esteja preso em virtude de prisão temporária;

V - ao disciplinar que a sentença é de responsabilidade do juiz que presidiu a instrução, o Código de Processo Penal adotou o princípio da identidade física do juiz.

- a) as assertivas II, IV e V são corretas;
- b) todas as assertivas são incorretas;
- c) as assertivas I, II, IV e V são corretas;
- d) todas as assertivas são corretas;
- e) as assertivas IV e V são corretas.

44. A suspensão condicional do processo:

I - é proposta pelo juízo e o ministério público estipula as condições;

II - não impede a produção antecipada de provas durante sua vigência, desde que o juízo profira decisão fundamentada;

III - será obrigatoriamente revogada se o beneficiário, no curso do prazo estabelecido, passar a responder processo por contravenção penal;

IV - não interfere na fluência do prazo de prescrição;

V - não pode ser aplicada ao autor do fato que foi beneficiado com a transação penal há menos de 05 (cinco) anos.

- a) todas as assertivas são corretas;
- b) as assertivas IV e V são corretas;
- c) todas as assertivas são incorretas;
- d) a assertiva III é a única correta;
- e) somente a assertiva IV é correta.

45. Sobre a ação penal, é correto afirmar que:

a) a denúncia deverá ser oferecida, qualquer que seja o crime a ser imputado, no prazo de 5 (cinco) dias, em caso de indiciado preso e em 15 (quinze) dias, em caso de indiciado solto, lapso que se inicia com o recebimento dos autos pelo Promotor de Justiça;

b) a ação penal em relação aos crimes falimentares é pública incondicionada e em caso de não oferecimento da denúncia no prazo legal pelo Promotor de Justiça, apenas os credores habilitados ou o administrador judicial possuem legitimidade para intentar a ação penal privada subsidiária da pública;

c) o ofendido que intentou ação penal privada subsidiária da pública, relativa a crime de homicídio, não poderá deduzir a acusação em plenário, por meio de seu advogado constituído, pois tal atuação é exclusiva do Promotor de Justiça;

d) se o ofendido, nas suas alegações finais em ação penal privada, faz apenas o relatório do processo e não manifesta em qualquer momento pedido de condenação ou de procedência da inicial, o Promotor de Justiça poderá pedir a condenação se existirem provas;

e) em caso de crime sexual praticado pelo padrasto contra enteada, o Ministério Público terá legitimidade para intentar a ação penal, desde que comprovado que a vítima ou seu representante legal não podem prover às despesas do processo, sem se privar de recursos indispensáveis à manutenção da própria família.

46. Analise as seguintes assertivas sobre procedimentos:

I - no procedimento ordinário, sumário e sumaríssimo, o réu é citado, abrindo-se prazo para oferecer defesa escrita;

II - no procedimento da Lei 11.343/06 (Lei antidrogas), o réu é notificado para oferecer defesa prévia e caso o juiz receba a denúncia, marcará audiência de instrução em julgamento e determinará a citação do réu;

III - no plenário do júri, o magistrado inicia a inquirição das testemunhas, as partes indagam em seguida, de maneira direta, enquanto os jurados formulam perguntas às testemunhas por meio do juiz presidente;

IV - no procedimento ordinário as alegações finais das partes são deduzidas oralmente em audiência, sendo oferecidos memoriais tão-só quando o juiz deferiu pedido de realização de diligências, cuja necessidade se originou de circunstâncias ou fatos apurados na instrução;

V - no caso de citação por edital, o prazo de 10 (dez) dias para oferecimento de defesa escrita se inicia após escoar o prazo de 15 (quinze) dias fixado no edital.

- a) todas as assertivas são corretas;
- b) as assertivas II e III são corretas;
- c) todas as assertivas são incorretas;
- d) as assertivas I, II e III são corretas;
- e) somente a assertiva III é correta.

47. Aponte a opção correta. Se o Promotor de Justiça, de comarca de entrância inicial, promove o arquivamento do inquérito policial, o juiz discorda e remete os autos à Procuradoria-Geral de Justiça:

- a) caso não confirme a promoção de arquivamento, o Procurador-Geral designará outro agente que poderá, assim que receber os autos, ratificar o arquivamento ou oferecer denúncia;
- b) caso ratifique a promoção de arquivamento, o Procurador-Geral submeterá seu pronunciamento ao exame do Tribunal de Justiça;
- c) se o Procurador-Geral insistir no arquivamento, o juiz deverá homologá-lo;
- d) discordando do arquivamento, o Procurador-Geral designará outro representante do Ministério Público, que só poderá oferecer denúncia com base em novas provas;
- e) se o Procurador-Geral discordar da promoção de arquivamento determinará o retorno dos autos ao próprio Promotor de Justiça que obrigatoriamente oferecerá denúncia.

48. Assinale a assertiva INCORRETA. O Promotor de Justiça exerce o controle externo da atividade policial quando:

- a) diante de indícios de prática de crime de concussão nos autos de inquérito policial, inicia procedimento investigatório criminal e instaura procedimento administrativo disciplinar contra investigador de polícia;
- b) requisita informações a respeito de notícia de crime de ação penal pública incondicionada que o delegado de polícia, por negligência, não instaurou inquérito policial;
- c) instaura procedimento investigatório criminal para apurar crime de abuso de autoridade praticado por policial militar, mesmo existindo inquérito policial militar a respeito do mesmo fato;
- d) fiscaliza a destinação de armas, valores, substâncias entorpecentes e objetos apreendidos ao visitar distrito policial;
- e) ao analisar autos de inquérito verifica a ocorrência de crime, em tese, de corrupção policial e requisita a instauração de respectivo inquérito policial.

49. Tendo em conta as disposições da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o juiz pode conceder medidas protetivas solicitadas pela ofendida, sem pronunciamento do Ministério Público, desde que este seja prontamente comunicado;
- b) a ofendida tem legitimidade para requerer ao juízo medidas protetivas de urgência por meio de termo lavrado pela autoridade policial;
- c) nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária;
- d) o estupro praticado pelo marido contra sua mulher (art. 213, "caput", do CP) configura violência sexual (art. 7º, inciso IV), o que torna a ação penal pública e incondicionada;
- e) constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz pode determinar liminarmente, entre outras medidas protetivas de urgência, a suspensão das procações conferidas pela ofendida ao agressor.

50. Sobre nulidades e inexistência do ato processual é INCORRETO afirmar:

- a) um dos princípios adotados no Código de Processo Penal é que não há nulidade sem comprovação do prejuízo pela parte;
- b) constatada a incompetência do juízo, todos os atos processuais são nulos e devem ser praticados novamente no juízo competente;
- c) as nulidades relativas ocorridas no Tribunal do Júri devem ser suscitadas logo depois de ocorrerem, sob pena de preclusão;

- d) a denúncia elaborada e assinada exclusivamente pelo estagiário de direito é ato inexistente na esfera jurídica;
e) é nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida na apelação do Ministério Público.

51. Aponte a alternativa INCORRETA:

- a) concorrendo dois juízes igualmente competentes, será competente pela prevenção aquele que, antes do recebimento da denúncia, decreta a prisão preventiva do indiciado;
b) o Tribunal do Júri é competente para julgar crime contra a vida praticado por policial militar contra civil, mesmo que a arma utilizada na execução do delito seja da corporação militar;
c) ocorrida a conexão ou continência, haverá sempre unidade de processo;
d) há a conexão denominada probatória quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influírem na prova de outra infração;
e) a competência é determinada pela continência quando duas ou mais pessoas são acusadas pela mesma infração.

52. Assinale a alternativa correta:

- a) o “habeas corpus” não pode substituir o recurso ordinário;
b) contra a decisão de impronúncia cabe recurso em sentido estrito;
c) o recurso especial e o extraordinário não podem ser manejados simultaneamente contra decisão do Tribunal Estadual que condenou o acusado;
d) se a câmara do Tribunal Estadual, por maioria de votos, não conheceu da apelação devido à deserção, caso seja dado provimento aos embargos infringentes interpostos pela defesa, os autos retornarão à câmara originária para julgamento da apelação;
e) os embargos de declaração não são apropriados para prequestionar questão federal ou constitucional.

53. A respeito do Tribunal do Júri, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o desaforamento pode ser suscitado de ofício pelo juiz, mas a defesa deve ser intimada para se manifestar sob pena de nulidade;
b) se o réu é condenado pelo júri por homicídio simples, a falta de votação pelos jurados de tese de desclassificação postulada pela defesa em plenário e constante da ata, enseja a nulidade do julgamento pela falta de quesito obrigatório;
c) na primeira fase do procedimento do júri, se a defesa alega legítima defesa e a inimizabilidade do acusado, esta comprovada pericialmente, o juiz, diante de provas frágeis da excludente da ilicitude, absolverá o réu sumariamente e aplicará medida de segurança;
d) no julgamento pelo júri de dois acusados, representados por advogados distintos que farão individualmente as recusas dos jurados, a separação dos julgamentos ocorrerá, em razão das recusas, se não existir número mínimo de sete jurados para compor o conselho de sentença;
e) o júri pode ser realizado sem a presença do réu preso, desde que, haja pedido escrito ao juiz assinado pelo acusado e seu defensor.

EXECUÇÃO PENAL

54. Indique a opção correta:

- a) a condenação anterior à pena de multa impede a concessão do benefício da suspensão condicional da pena;
b) o juiz não poderá estabelecer ao sentenciado, como condição de cumprimento de pena no regime aberto, a obrigação de permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga;
c) o condenado que cumpre pena em regime semi-aberto poderá freqüentar curso superior na comarca do juízo da execução, se for deferida autorização para saída temporária;
d) sobrevivendo condenação no curso da execução, para determinação do regime de cumprimento de pena, serão somadas as penas fixadas nas sentenças condenatórias;
e) revoga-se, obrigatoriamente, o livramento condicional se o sentenciado é condenado a pena privativa de liberdade, por crime cometido durante a vigência do benefício, ainda que exista apelação interposta contra a condenação pelo segundo crime.

55. Assinale a opção correta:

- a) ocorrerá a regressão de regime se o sentenciado cumpre a pena em regime aberto e pratica falta grave, independentemente de sua oitiva prévia pelo juízo;
b) o tempo de remição de pena é computado para concessão de livramento condicional e progressão de regime, mas não é contado para o deferimento do indulto;
c) com o cumprimento de 1/6 da pena aplicada, o condenado não reincidente preenche o requisito objetivo para a concessão da progressão de regime, qualquer que seja o crime cometido;
d) o exame criminológico é requisito obrigatório previsto pela lei para o condenado obter a progressão do regime semi-aberto para o aberto;
e) no Estado do Paraná, o juízo da sentença, inexistindo na comarca Vara de Execução Penal, é competente para analisar os pedidos de progressão do regime fechado para o semi-aberto.

DIREITO DO IDOSO

56. Assinale a alternativa *INCORRETA*:

- a) na admissão do idoso, em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, seja qual for a natureza das atribuições do cargo a ser preenchido;
- b) se o idoso, normalmente, tem sua capacidade psíquica, física e motora diminuídas, tais condições pessoais podem ensejar a aplicação de medidas protetivas;
- c) o adulto que acolhe idoso passa a tê-lo sob dependência econômica, gerando esta efeitos fiscais e previdenciários;
- d) a medida de proteção de inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, pode ser aplicada à pessoa que convive com o idoso e lhe causa perturbação;
- e) as entidades de atendimento aos idosos, entre outras obrigações, devem comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares.

DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

57. São normas constitucionais voltadas *especialmente* às pessoas portadoras de deficiência:

- a) direito de acesso a logradouros e edifícios de uso público, direito a tratamento adequado e livre manifestação de pensamento;
- b) direito a renda mensal de um salário mínimo, proibição de tratamento desumano ou degradante e livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão;
- c) reserva de vagas em concursos públicos, direito de acesso a logradouros e edifícios de uso público e livre manifestação de pensamento;
- d) direito a tratamento adequado, direito a educação especial e direito à reabilitação;
- e) direito de acesso a logradouros e edifícios de uso público, reserva de vagas em concurso público e livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.

DIREITO DO CONSUMIDOR

58. Tendo em conta as assertivas abaixo, aponte a *INCORRETA*:

- a) pela definição de consumidor do estatuto consumerista brasileiro, a empresa que contrata alimentos preparados para seus funcionários, por exemplo, é consumidora;
- b) o fornecedor ficará suscetível à desconsideração da pessoa jurídica, sempre que sua personalidade, de alguma forma, for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores;
- c) cabe à União, Estados e Municípios a edição de normas relativas à fiscalização e controle da produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor;
- d) a responsabilidade civil dos fornecedores de produtos e serviços é objetiva;
- e) se o fornecedor introduziu produto no mercado e constatou em seguida sua periculosidade, basta comunicar imediatamente o fato às autoridades competentes, que por sua vez, informarão aos consumidores por intermédio dos meios de comunicação.

59. Sobre a multa cominatória (*astreintes*), na ação referente a direito do consumidor, é *correto* afirmar:

- a) pode ser cumulada com perdas e danos;
- b) tem natureza apenas indenizatória;
- c) é fixada em valor exato e proporcional à obrigação;
- d) para ser aplicada, deve ser requerida pelo autor da ação;
- e) todas as alternativas são corretas.

PREVIDENCIÁRIO

60. Sobre os benefícios previdenciários é *correto* afirmar:

- a) o auxílio reclusão é um benefício concedido independentemente do motivo da prisão, pouco importando o regime de cumprimento de pena;
- b) o benefício concedido em virtude de doença contraída pelo segurado no ambiente de trabalho, gerando tal enfermidade uma incapacidade permanente, é denominado auxílio-doença;
- c) os benefícios de prestação periódica são aqueles pagos com número previamente definido de competências, como é o caso da aposentadoria por tempo de serviço;
- d) a aposentadoria por tempo de contribuição é paga no valor integral de cem por cento do salário-de-benefício, sem admitir proporcionalidade;
- e) somente o próprio segurado é destinatário dos benefícios devidos pelo Regime Geral de Previdência Social.

DIREITO CIVIL

61. Sobre os direitos da personalidade, é INCORRETO afirmar:

- a) No caso de lesão de direito da personalidade, é lícito exigir que se cesse ameaça, sem prejuízo das perdas e danos e de outras sanções previstas em lei.
- b) Em se tratando de lesão a direito da personalidade de pessoa falecida, tem legitimidade para requerer medida judicial de proteção, o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta ou colateral, até o quarto grau.
- c) Ainda que por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- d) Ninguém pode ser constrangido, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica.
- e) Em se tratando de lesão a direito da personalidade, a reparação do dano moral independe da existência de eventual dano material.

62. São pessoas jurídicas de direito privado, a teor da legislação civil brasileira:

- a) As autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- b) As associações, fundações, organizações religiosas, as firmas individuais e os condomínios edilícios.
- c) As sociedades simples ou empresárias, os condomínios edilícios e as firmas individuais.
- d) As organizações religiosas, os partidos políticos, as sociedades simples ou empresárias e as fundações.
- e) n.d.a.

63. Sobre as fundações, é INCORRETO afirmar:

- a) Quando se torne inútil a finalidade a que visa a fundação, o órgão do Ministério Público poderá promover a sua extinção, hipótese na qual o patrimônio da entidade reverterá necessariamente ao instituidor, ou aos seus sucessores.
- b) Uma fundação poderá ser constituída para fins religiosos, morais, culturais ou assistência.
- c) Velará pelas fundações, o Ministério Público do Estado onde estiverem situadas; no caso de funcionarem no Distrito Federal, caberá o encargo ao Ministério Público Federal.
- d) É possível a criação de uma fundação, por instrumento público ou particular, mediante a dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- e) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

64. A legislação civil brasileira reputa bens públicos os bens de domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, EXCETO:

- a) Os rios, mares, estradas, ruas e espaços públicos, quando objeto de contrato de concessão ou de permissão de serviço público celebrado com empresa privada.
- b) Os bens pertencentes a organizações religiosas.
- c) Os edifícios ou imóveis destinados a serviço público, quando explorados por empresa privada, por força de contrato de concessão ou permissão de serviço público.
- d) Os bens que integrem o patrimônio, ou que sejam explorados por autarquias.
- e) n.d.a.

65. A propósito da invalidade dos negócios jurídicos, é correto afirmar:

- a) A nulidade alcança as hipóteses em que a lei taxativamente declarar o ato ou negócio nulo, bem como aquele praticado para fraudar lei imperativa.
- b) A nulidade abrange as hipóteses de atos ou negócios praticados em fraude contra credores, os quais podem ser anulados pelo Juiz independentemente da propositura de ação própria.
- c) O negócio jurídico simulado é reputado anulável, a teor da legislação civil brasileira.
- d) O negócio jurídico praticado sob lesão é reputado nulo, a teor da legislação civil brasileira.
- e) n.d.a.

66. Sobre a decadência e a prescrição, é INCORRETO afirmar:

- a) Em nenhuma hipótese, os prazos decadenciais admitem suspensão ou interrupção do lapso temporal estabelecido em lei.
- b) É nula a renúncia ao prazo de decadência fixado em lei, mesmo quando convencionada em ato ou negócio jurídico firmado entre capazes.
- c) O protesto, judicial ou extrajudicial efetuado em tabelionato de protesto de títulos, constitui causa de interrupção da prescrição, mas somente poderá ocorrer uma vez.
- d) O juiz pode declarar, de ofício, a decadência.
- e) Quando a lei civil não fixar prazo menor, a prescrição da pretensão ocorre em 10 (dez) anos.

67. Sobre a formação e interpretação dos contratos, podemos afirmar:

- a) A função social do contrato e o princípio da boa fé objetiva não constituem limitadores da liberdade de contratar, quando presentes na relação jurídica, como partes, pessoas capazes agindo no exercício de sua atividade profissional.

- b) Pode-se revogar a oferta ao público, pela mesma via da sua divulgação, desde que ressalvada essa faculdade no instrumento que contemple a oferta realizada.
- c) Somente quando evidenciada uma relação de consumo, é possível sustentar o princípio da interpretação mais favorável ao aderente, em sede de contrato de adesão.
- d) No caso de contrato de adesão firmado tendo como partes duas pessoas capazes, agindo no exercício de sua atividade profissional, é válida a cláusula de renúncia antecipada do aderente, mesmo quando se trate de direito resultante da natureza do negócio.
- e) n.d.a.

68. A propósito dos vícios redibitórios, é correto dizer:

- a) A teoria dos vícios redibitórios aplica-se a qualquer vício ou defeito, oculto ou aparente, desde que evidenciado no âmbito de um contrato bilateral oneroso.
- b) O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento do preço, no prazo de 90 (noventa) dias, em se tratando de bens duráveis, móveis ou imóveis.
- c) Não correm os prazos para obter a redibição ou o abatimento do preço, na constância da cláusula contratual de garantia, mas o adquirente deve denunciar o defeito no prazo de trinta dias seguintes ao seu descobrimento.
- d) Quando o vício, por sua natureza, só possa ser reconhecido mais tarde, o prazo para obter a redibição ou o abatimento do preço contar-se-á do momento em que se tiver ciência do defeito, até o prazo máximo de 01 (um) ano, para bens móveis.
- e) n.d.a.

69. Sobre a usucapião, como forma de aquisição da propriedade de bem móvel ou imóvel, é INCORRETO afirmar:

- a) Aquele que, por 15 (quinze) anos, exerça a posse de forma contínua e ininterrupta e sem oposição, com ou sem justo título, adquire a propriedade do bem imóvel, independentemente da boa-fé.
- b) Aquele que, por 05 (cinco) anos, exerça a posse de imóvel rural com área de até 50 (cinquenta) hectares, de forma contínua e ininterrupta e sem oposição, adquire-lhe a propriedade, independentemente da boa-fé e do uso que atribua ao bem.
- c) Aquele que, por 10 (dez) anos, exerça a posse de forma contínua e ininterrupta e sem oposição, com justo título e boa-fé, adquire a propriedade do bem imóvel.
- d) É possível ao possuidor acrescer à sua posse o tempo de exercício possessório de seus antecessores, seja por decorrência de sucessão por *causa mortis* ou por ato *intervivos*.
- e) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante 03 (três) anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.

70. A propósito do regime de bens do casamento, é INCORRETO afirmar:

- a) É admissível a alteração do regime de bens do casamento, mediante autorização judicial, em pedido motivado deduzido por ambos os cônjuges, ressalvados eventuais direitos de terceiros.
- b) É obrigatório o regime de separação de bens, quando se trate de núpcias de pessoa com mais de 60 (sessenta) anos de idade.
- c) Qualquer que seja o regime de bens do casamento, o empresário individual casado poderá, sem necessidade de outorga conjugal, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa.
- d) Qualquer que seja o regime de bens do casamento, o cônjuge não pode, sem o consentimento do outro, prestar aval em título de crédito.
- e) Qualquer que seja o regime de bens, a direção da sociedade conjugal será exercida em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.

71. Em relação ao casamento, pode-se dizer:

- a) No regime de comunhão parcial, constituem bens privativos de cada cônjuge aqueles adquiridos antes do casamento, assim como os frutos e rendimentos decorrentes da propriedade ou posse de tais bens.
- b) As dívidas contraídas por um dos cônjuges para adquirir bens necessários à economia doméstica obrigam o outro, mas apenas em caráter subsidiário, inexistindo previsão legal de solidariedade pelo pagamento do débito assumido.
- c) Havendo divergência entre o interesse dos pais e do filho, o Ministério Público poderá requerer ao juiz a nomeação de curador especial, mesmo que se trate de questão pertinente ao exercício do poder familiar.
- d) No regime de separação de bens, ambos os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal, na proporção dos rendimentos do seu trabalho e de seus bens, vedada estipulação em contrário no pacto antenupcial.
- e) n.d.a.

72. Sobre os direitos dos companheiros em união estável, é INCORRETO dizer:

- a) É possível aos companheiros firmar contrato escrito dispondo acerca das relações patrimoniais; na ausência de convenção escrita, os bens adquiridos na constância do relacionamento presumem-se comuns, independentemente de estarem no nome de um dos companheiros.

- b) O companheiro sobrevivente terá direito, enquanto não constituir nova união, ao usufruto da metade parte dos bens do falecido se não houver filhos, embora sobrevivam ascendentes.
- c) O companheiro sobrevivente é considerado herdeiro necessário, assim como os ascendentes e os descendentes.
- d) A união entre homem e mulher será reconhecida como entidade familiar, quando evidenciada a publicidade da convivência e desde que se trate de relacionamento estável, contínuo e duradouro.
- e) As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.

73. A propósito da sucessão, pode-se afirmar:

- a) A partilha por instrumento particular, uma vez firmada pelos herdeiros e homologada judicialmente, é anulável pelos vícios e defeitos que conduzem à anulabilidade dos atos jurídicos, respeitado, porém, o prazo decadencial de 01 (um) ano.
- b) O direito de representação dá-se na linha reta descendente, não sendo outorgado em favor de ascendente; na linha transversal não há direito de representação, mesmo em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste vierem a concorrer.
- c) É nula de pleno direito qualquer disposição testamentária que se revista de caráter não patrimonial.
- d) A cláusula de inalienabilidade, instituída em testamento, poderá recair sobre os bens da legítima, a critério do testador, independentemente da existência de justa causa.
- e) n.d.a.

74. A curadoria de bens de ausente será deferida quando:

- a) Uma pessoa desaparece do seu domicílio, sem dela haver notícia, mesmo deixando procurador investido de poderes de administração dos bens.
- b) Quando o ausente deixar procurador que não possa exercer ou continuar o mandato, ou que possua poderes insuficientes para a administração dos bens do ausente.
- c) Quando uma pessoa tem comprometido, por enfermidade ou deficiência mental, o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- d) Quando uma pessoa tiver desaparecido em campanha ou feito prisioneiro não for encontrado até 06 (seis) meses após o término da guerra.
- e) n.d.a.

DIREITO COMERCIAL

75. A propósito da teoria da desconsideração da pessoa jurídica, pode-se dizer:

- a) O Ministério Público, agindo como fiscal da lei, não poderá pleitear a desconsideração da pessoa jurídica, providência que somente as partes poderão postular no processo judicial.
- b) A desconsideração da pessoa jurídica, no caso de sociedade empresária, poderá levar, conforme o caso, à responsabilização pessoal do sócio ou de administrador não sócio.
- c) A desconsideração da pessoa jurídica, em relação jurídica regida pelo Direito Comercial, pode ser aplicável a qualquer tempo, bastando a prova da inadimplência da obrigação e dos prejuízos causados.
- d) A desconsideração da pessoa jurídica, quando aplicada em processo judicial, importará no reconhecimento da invalidade do ato constitutivo, por ilicitude do objeto, conduzindo à imediata extinção da personalidade jurídica da entidade.
- e) n.d.a.

76. Nos processos de falência e de recuperação judicial, é correto afirmar:

- a) A sociedade de economia mista tem legitimidade ativa para deduzir pedido de auto-falência e de recuperação judicial.
- b) Decretada a falência ou deferido o processamento da recuperação judicial de empresário, ficam suspensas todas as ações propostas em seu desfavor, ainda que envolvam pretensão por crédito ilíquido.
- c) O devedor, demandado em ação de falência proposta por credor, poderá a qualquer tempo formular pedido de recuperação judicial, desde que o faça antes da prolação de sentença.
- d) Os processos de falência ou de concordata ajuizados antes do início da vigência da Lei 11.101/2005 serão concluídos nos termos do Decreto-lei 7.661/45, vedada porém a concessão de concordata suspensiva.
- e) n.d.a.

DIREITO TRIBUTÁRIO

77. Sobre a responsabilidade tributária, é INCORRETO dizer:

- a) No caso de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação tributária do contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem, ou pelas omissões de que forem responsáveis, os pais pelos tributos devidos por seus filhos menores.

- b) São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes, infração de lei, contrato social, ou estatutos, os sócios, administradores ou não, de sociedades de responsabilidade limitada.
- c) A pessoa jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento comercial, industrial ou profissional, responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, subsidiariamente com o alienante, se este iniciar dentro de 06 (seis) meses, a contar da alienação, nova atividade, no mesmo ou em outro ramo.
- d) A responsabilidade por infração à Lei Tributária é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora.
- e) A lei pode atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação.

78. Acerca da decadência e da prescrição no Direito Tributário, pode-se afirmar:

- a) Nos tributos sujeitos ao denominado lançamento por homologação, uma vez efetuado o pagamento da obrigação pelo contribuinte, dispõe a autoridade fiscal de 05 (cinco) anos para a homologação expressa ou tácita, contando-se o prazo a partir do primeiro dia útil do exercício seguinte.
- b) O direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário, através do lançamento, extingue-se após 05 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte, no caso de decisão administrativa que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- c) O direito de pleitear a repetição de indébito tributário extingue-se em 10 (dez) anos, contados da data da efetivação do pagamento, pelo contribuinte.
- d) A prescrição da ação de cobrança do crédito tributário considera-se interrompida, no caso do contribuinte reconhecer a dívida e aderir a parcelamento, no âmbito extrajudicial.
- e) n.d.a.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

79. Sobre a competência do órgão especial do Tribunal de Justiça, é INCORRETO afirmar:

- a) Cabe ao órgão especial processar e julgar o Governador do Estado, por crime comum.
- b) Cabe ao órgão especial processar e julgar os Secretários de Estado e o Procurador-Geral de Justiça, nos crimes de responsabilidade.
- c) Cabe ao órgão especial processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de dispositivo de lei estadual.
- d) Cabe ao órgão especial processar e julgar originariamente o mandado de segurança contra ato judicial, isto é, aquele praticado por Juiz de Direito no âmbito de processo judicial.
- e) Cabe ao órgão especial processar e julgar os Deputados Estaduais, por crime comum.

80. Está excluído da competência do Corregedor-Geral da Justiça:

- a) A participação no órgão especial do Tribunal de Justiça.
- b) As representações contra membros do Tribunal de Justiça, por excesso de prazo previsto em lei.
- c) A realização de correções gerais ou parciais extraordinárias, bem como a inspeção correicional em Comarcas.
- d) Receber, processar e decidir as reclamações sobre serventuários da Justiça, impondo-lhes as penas disciplinares aplicáveis.
- e) n.d.a.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

81. Dentre as proposições que seguem, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) ao utilizar da oposição, o oponente obriga-se em exercê-la contra as partes no processo que já estava em curso, as quais passam a ser denominadas de opostos, havendo a obrigatória formação de litisconsórcio necessário e unitário;
- b) a nomeação à autoria presume-se aceita quando o autor, devidamente intimado, nada requereu, deixando fluir o lapso temporal dentro do qual deveria manifestar-se a respeito, bem como nas situações em que o nomeado não compareceu aos autos ou, fazendo-se neles presente, não contrariar a nomeação formulada;
- c) o chamamento ao processo dá-se por iniciativa do réu, com o objetivo de chamar o devedor principal ou os co-devedores solidários ao feito, ainda que não haja a anuência ou o auxílio do autor;
- d) se qualquer das partes alegar que falece ao assistente interesse jurídico para intervir a bem do assistido, o juiz determinará, sem suspensão do processo, o desentranhamento da petição e da impugnação, a fim de serem autuadas em apenso; autorizará a produção de provas e decidirá, dentro de cinco dias, o incidente;
- e) feita a denúncia da lide pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e poderá aditar a petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.

82. Assinale a alternativa *INCORRETA*:

- a) o Ministério Público tem legitimidade para suscitar conflito de competência, no caso desta ser absoluta, mesmo quando não intervir no processo onde restou verificada, ocasião na qual assumirá a posição de parte no incidente processual;
- b) transcorrido um ano da publicação do primeiro edital sem que se saiba do paradeiro do ausente e não havendo absolutamente interessados, cumpre ao Ministério Público requerer a abertura da sucessão provisória;
- c) em mandado de segurança, ainda que a parte não tenha interposto recurso e o Ministério Público apenas esteja intervindo como *custos legis*, tem a Instituição legitimidade para recorrer;
- d) ajuizada ação de interdição pelo Ministério Público, na defesa dos interesses do interditando, mostra-se dispensável nomear a este curador à lide;
- e) na ação que visa a anular negócio jurídico, no qual a usucapião foi simplesmente arguida em defesa, torna-se desnecessária a intervenção do Ministério Público no processo.

83. Indique a alternativa *correta*:

- a) a teoria clássica, civilista ou imanentista, além de afastar-se da concepção da *actio romana*, serve para explicar adequadamente a ação declaratória negativa;
- b) a teoria da ação como direito potestativo apresenta a ação como vinculada ao direito material, de natureza estritamente pública, constituindo-se em poder jurídico direcionado em oposição ao Estado, objetivando a atuação da vontade da lei;
- c) a teoria da ação como direito autônomo e abstrato anuncia a ação como direito a um pronunciamento do Estado a respeito do pleiteado pelo autor, apresentando-se autônomo, porque irrelevante ao seu exercício que o provimento jurisdicional tenha sido favorável ou desfavorável ao pretendido pela parte ativa e, abstrato, eis que independente, desvincilhado do direito material;
- d) a teoria da ação como direito autônomo e concreto prega que o direito de agir volta-se exclusivamente contra o Estado, apenas autorizando-se a prestação tutela concretamente solicitada, na situação do pedido mostrar-se certo e determinado;
- e) a teoria eclética ressalta a ação como direito subjetivo de impulsionar o processo, permitindo que o mérito da causa seja julgado, mas desde que restem preenchidas as condições da ação, cuja ausência acarreta a inexistência da própria ação, circunstâncias essas que a diferenciaram do direito de agir garantido constitucionalmente, o qual apenas lhe serve de fundamento.

84. Dentre as proposições que seguem, registre a alternativa *INCORRETA*:

- a) por se mostrarem incompatíveis, diante do mesmo título executivo judicial obtido após o ajuizamento de ação civil pública para a tutela de interesses individuais homogêneos, veda-se a coexistência entre execuções individuais e a execução coletiva;
- b) a legitimidade para o ajuizamento da ação civil pública é concorrente e disjuntiva, pois qualquer dos legitimados pode exercitá-la, sem que, para tanto, precise contar com a participação ou permissão dos demais;
- c) em determinadas hipóteses pode o Ministério Público deixar de propor a ação civil pública. Porém, ao ajuizá-la na busca da tutela de interesse difuso ou coletivo e uma vez obtido título executivo judicial, carente de satisfação, cumpre obrigatoriamente à Instituição dar impulso à execução, não podendo dela desistir;
- d) diversamente do que se verifica no regime recursal disposto no Código de Processo Civil, no sistema da Lei da Ação Civil Pública a apelação deixa de ser recebida, como regra, com efeito devolutivo e suspensivo, posto que o recebimento ordinariamente ocorre na forma meramente devolutiva;
- e) proferido condenação genérica em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público para a tutela de interesses individuais homogêneos, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados, uma vez efetuada sua liquidação, o juízo competente para a execução será o da ação condenatória, quando a tutela executiva apresentar feição transindividual.

85. Registre a alternativa *INCORRETA*:

- a) as questões de fato surgidas supervenientemente à prolação e publicação da sentença, poderão ser suscitadas, conhecidas e apreciadas pelo Tribunal na apelação interposta, mas somente se a parte lograr provar que não as apresentou anteriormente por motivo de força maior;
- b) quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos;
- c) o agravo, na sua forma retida, apenas será conhecido pelo Tribunal, caso a parte assim o requeira expressamente nas razões ou na resposta da apelação, indicando possuir o recurso a função de evitar a preclusão da matéria questionada, objeto da decisão interlocutória;
- d) a oposição de embargos de declaração não gera efeito devolutivo e interrompe, para ambas as partes, o transcorrer do prazo concedido para a interposição de outros recursos;
- e) indeferida liminarmente a petição inicial e interposto recurso de apelação, o juiz concederá vista ao apelado para responder, com o intuito de, na sequência, exercer o juízo de retratação, quando, então, aceitará a exordial indeferida ou, inexistindo reconsideração, encaminhará os autos imediatamente ao Tribunal competente.

86. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) conquanto não tenha legitimidade ativa para ajuizar ação popular, o Ministério Público detém atribuição para apressar a prova, promover a busca da responsabilidade civil ou criminal dos que nela incidirem, exigir o atendimento de requisições, além de recorrer das sentenças e decisões proferidas contra o autor;
- b) prestadas informações pela autoridade apontada como coatora no mandado de segurança, sem a juntada de documentos, os autos deverão ser encaminhados com vista ao Ministério Público, a fim de que seu membro elabore parecer quanto ao processado, no prazo de cinco dias;
- c) durante a averiguação de paternidade, se o suposto pai não atender a notificação judicial que lhe foi encaminhada para se manifestar sobre a paternidade alegada, ou pronunciar-se negando-a, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público, o qual terá que, por dever de ofício, obrigatoriamente ajuizar a ação de investigação de paternidade;
- d) se o Ministério Público impugnar pedido de retificação de assento no Registro Civil, o juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias. Em seguida, depois de ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o Órgão ministerial, o magistrado decidirá a questão em cinco dias;
- e) no procedimento conferido à regularidade do testamento particular, após a apresentação de petição instruída com cédula desse testamento, serão intimados para inquirirem as testemunhas que lhe ouvirem a leitura e, depois disso, assinaram-no, aqueles a quem caberia a sucessão legítima, o testamenteiro, os herdeiros e os legatários que não tiverem requerido a publicação e o Ministério Público.

87. Dentre as proposições abaixo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) os atos processuais praticados por advogado sem instrumento de mandato, a fim de evitar decadência ou prescrição, caso não ratificados no prazo de quinze dias, prorrogável por outros quinze, por despacho do juiz, serão havidos como nulos;
- b) comparecendo o réu apenas para arguir a nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão;
- c) os atos e termos processuais não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, preenchem-lhe a finalidade essencial;
- d) quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa;
- e) quando a lei exigir, como da substância do ato, o instrumento público, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta, sob pena de ser considerado inválido e ineficaz.

88. Dentre as proposições que seguem, assinale a alternativa correta:

- a) ao renunciar, o autor abdica da apreciação do pedido apresentado à função jurisdicional do Estado, mas conserva o direito material, o qual poderá ser reclamado posteriormente, mediante a repropositura da ação;
- b) a perempção constitui-se na perda do próprio direito material, decorrente do autor ter dado causa à extinção do processo, sem julgamento do mérito, por três vezes;
- c) o pedido de desistência da ação somente pode efetivar-se, após a citação válida, com a concordância do réu, servindo a simples resistência da parte passiva, ainda que carente de qualquer fundamentação, como óbice ao seu deferimento;
- d) através do reconhecimento jurídico do pedido, o réu reconhece a propriedade, o acerto da pretensão do autor, podendo verificar-se tanto diante de direitos disponíveis, quanto indisponíveis;
- e) a intransmissibilidade do direito material alegado em juízo, por disposição legal, decorrente da morte de uma das partes, ao invés de constituir-se em causa de suspensão do feito, gera a extinção do processo, sem julgamento do mérito.

89. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) em ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, a conversão em perdas e danos somente ocorrerá em último caso, diante da verificação da impossibilidade material ou jurídica da tutela específica ou de providências que assegurem o resultado prático equivalente ou, se assim o próprio credor fizer a opção;
- b) quando o cumprimento da sentença que trate de obrigação por quantia certa contiver uma parte líquida e outra ilíquida, para o fim de garantir efetividade ao seu cumprimento, permite-se ao credor promover nos mesmos autos, simultaneamente, a execução daquela e a liquidação desta;
- c) o valor da multa diária estabelecida por dia de atraso poderá, de ofício, ser modificado pelo juiz, quando restar concluído que se tornou insuficiente ou excessivo;
- d) o juiz, liminarmente ou na sentença poderá definir multa diária ao réu, ainda que de ofício, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável ao cumprimento do preceito, sem que a providência prejudique o direito do autor ao cumprimento específico da obrigação que pretende ver satisfeita;
- e) em homenagem à economia processual, em sede de cumprimento da sentença, no caso do devedor condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação não efetuá-lo, no prazo de quinze dias, possibilita-se ao credor apresentar requerimento, instruído com demonstrativo do débito atualizado, indicando, desde logo, os bens a serem penhorados, com o escopo de tornar possível a expedição de mandado de penhora e avaliação.

90. Dentre as proposições abaixo, assinale a *correta*:

- a) a sentença proferida na ausência de pressuposto processual de validade é incapaz de ser atingida pelo manto da coisa julgada material;
- b) antes da citação válida, o processo está impedido de servir de instrumento para a produção de efeitos capazes de atingir o réu;
- c) a suspeição do juiz constitui-se causa impeditiva do desenvolvimento válido e regular do processo;
- d) a ausência insanável de pressuposto processual acarretará a extinção do processo, sem julgamento do mérito, quando constatada até a apresentação de contestação pelo réu;
- e) verificada a incapacidade processual, o processo será suspenso para, em prazo razoável, ser sanado o vício. Se, conquanto intimado, o autor não sanar a impropriedade apurada, o juiz decretará a nulidade dos atos processuais praticados, extinguindo o processo, na sequência, sem julgamento do mérito.

DIREITO ADMINISTRATIVO

91. Assinale a alternativa *INCORRETA*:

- a) Em caso de alienação de bens tombados de propriedade privada, o Poder Público disporá de preferência para a sua aquisição;
- b) O Município, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, pode determinar o parcelamento ou a edificação compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, de forma a adequar o imóvel privado urbano à sua função social;
- c) A competência para legislar sobre desapropriação é privativa da União, mas Estados e Municípios também podem promover desapropriações, inclusive como instrumento de promoção da reforma agrária;
- d) A desapropriação não é possível quando o ordenamento jurídico contemplar solução específica para a extinção compulsória dos direitos do particular, como a encampação;
- e) Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança de imóvel tombado, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade.

92. Assinale a alternativa *INCORRETA*:

- a) A autarquia, nos termos do Decreto-Lei n.º 200/67, é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada;
- b) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital majoritário da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;
- c) Somente lei específica pode criar autarquia e autorizar a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação pública;
- d) As entidades paraestatais, ou serviços sociais autônomos, são pessoas jurídicas de direito privado criadas por lei, que atuando sem submissão à Administração Pública, promovem o atendimento de necessidades assistenciais e educacionais de certas atividades ou categorias profissionais, as quais arcam com sua manutenção mediante contribuições compulsórias;
- e) A lei autoriza que os consórcios públicos recebam personalidade jurídica de direito privado.

93. Assinale a alternativa *INCORRETA*:

- a) Jazida é toda massa individualizada de substância mineral ou fóssil, aflorando à superfície ou existente no interior da terra, e que tenha valor econômico; e mina, a jazida em lavra, ainda que suspensa;
- b) Permissão de uso de bem público é ato administrativo discricionário e próprio pelo qual a Administração consente que o particular utilize bem público de forma exclusiva, enquanto concessão de uso de bem público é um contrato administrativo pelo qual um particular é investido na faculdade de usar bem público durante período determinado de tempo, mediante o cumprimento de requisitos objetivos, garantindo-se à Administração as competências próprias do direito público;
- c) As águas, em seu estado natural, são bens públicos de uso comum. Por tal razão, o particular pode ter apenas o direito à exploração das águas subterrâneas, mediante autorização do Poder Público, cobrada a devida contraprestação;
- d) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, bem como, a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;
- e) A autorização para pesquisa em jazida será concedida pela União, sempre com prazo determinado, mas pode ser transferida pelo concessionário a terceiro, mediante anuência posterior do poder concedente.

94. Analisando as seguintes assertivas:

I – A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

II – O pregão é uma modalidade de licitação, ao lado da concorrência, da tomada de preços, do convite, do concurso e do leilão.

III – A licitação de obras e serviços de engenharia não poderá ser realizada na modalidade tomada de preços quando o valor estimado da contratação exceder R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

IV – É inexigível a licitação para as compras de materiais de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.

V – Nos casos onde a licitação é dispensável, elencados nos incisos III e seguintes do artigo 24 da Lei n.º 8.666/93, deve ser formalizado processo de dispensa, com os seguintes elementos: caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso; razão da escolha do fornecedor ou executante; justificativa do preço; e documento de aprovação dos projetos de pesquisas aos quais os bens serão alocados.

É possível afirmar:

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- b) Somente as assertivas I, II e III estão corretas;
- c) As assertivas II e III estão incorretas;
- d) Somente as assertivas I, II e V estão corretas;
- e) Todas as assertivas estão corretas.

95. Assinale a alternativa *INCORRETA*:

a) Ao particular que, juntamente com agente público, frustra a licitude de processo licitatório, pode ser aplicada a sanção de suspensão dos direitos políticos, pelo prazo de 05 (cinco) a 08 (oito) anos, conforme disposições da Lei n.º 8.429/92;

b) O Prefeito Municipal que realiza operação financeira sem a observância das normas legais e regulamentares pode receber as sanções previstas na Lei n.º 8.429/92, ainda que suas contas tenham sido aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

c) Constitui ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito adquirir o funcionário público, no exercício da função pública, bem imóvel cujo valor seja desproporcional à sua renda ou evolução patrimonial, sujeitando-lhe, dentre outras, às sanções de perda do bem acrescido ilícitamente ao patrimônio e perda da função pública;

d) A posse e o exercício do agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, inclusive do cônjuge ou companheiro, se casado ou vivendo em união estável, que deve ser atualizada anualmente, punindo-se com demissão aquele que a prestar falsamente;

e) A mera circunstância de entidade privada, com regime jurídico de direito privado, receber subvenções ou incentivos de órgão público não torna os seus dirigentes sujeitos às penalidades da Lei n.º 8.429/92.

96. Tomando por base as assertivas a seguir:

I – A chamada responsabilidade objetiva do Estado somente se aplica às pessoas jurídicas de direito público ou às pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, não atingindo as entidades estatais dotadas de personalidade jurídica de direito privado, exploradoras de atividade econômica.

II – Por estarem as pessoas jurídicas de direito público sujeitas à responsabilidade objetiva, é desnecessária a demonstração, pelo particular, do nexo de causalidade entre o dano por ele sofrido e a ação ou omissão estatal.

III – A criação de cargos pelo Ministério Público do Estado do Paraná, bem como a contratação de pessoal, somente é possível se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, bem como, autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, respeitado o limite de despesa com pessoal de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do Estado do Paraná.

IV – A ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), agência reguladora do setor de telecomunicações, é uma autarquia especial, dotada de independência administrativa e autonomia financeira.

V – A Administração Pública pode revogar os seus atos administrativos quando estes se revelarem afetados de vícios ou ilegalidades.

É possível afirmar:

- a) Somente as assertivas IV e V estão incorretas;
- b) Somente as assertivas II e III estão corretas;
- c) Somente as assertivas I, III e V estão corretas;
- d) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas;
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

DIREITO SANITÁRIO

97. Em se tratando de saúde mental, assinale a alternativa *INCORRETA*:

- a) a internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize seus motivos, podendo ser voluntária, involuntária ou compulsória;
- b) a internação compulsória é a que ocorre mediante prescrição médica fundamentada, sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro, cujo término dar-se-á por solicitação escrita da pessoa que a solicitou, ou quando assim estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento;
- c) a internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta;
- d) a evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento serão comunicados pela direção do estabelecimento de saúde mental aos familiares, ou ao representante legal do paciente, bem como à autoridade sanitária responsável, no prazo máximo de vinte e quatro horas da data da ocorrência;
- e) os Municípios providenciarão em cooperação com os representantes do Ministério Público local a formação de conselhos comunitários de atenção aos que padecem de sofrimento psíquico, que terão por função principal assistir, auxiliar e orientar as famílias, de modo a garantir integração social e familiar dos que forem internados.

98. Dentre as assertivas abaixo, registre a *correta*:

- a) o plano de saúde constitui-se em instrumento que expressa as intenções do gestor da pasta da saúde e, por tal razão, não pode abranger mais de um período de governo da esfera de gestão correspondente;
- b) nos espaços de governo estadual e municipal a gestão oficial do SUS é exercida pelo Governador do Estado e pelo Prefeito Municipal, respectivamente;
- c) veda-se em saúde pública o atendimento e a internação domiciliares aos pacientes que necessitam valer-se de procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social;
- d) sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas (Código Penal, art. 315) a utilização de recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) em finalidades diversas das previstas na Lei Orgânica da Saúde;
- e) a obrigação de permitir a presença, junto à parturiente, de um acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, deixa de persistir quando os serviços de saúde forem prestados através da rede privada conveniada ao Sistema Único de Saúde.

99. Indique a alternativa *INCORRETA*:

- a) o princípio da universalidade orienta que o Sistema Único de Saúde deve ofertar ações e serviços de saúde a todos, oferecendo os cuidados necessários, quer seja através da estrutura pública ou contratada pela Administração Pública;
- b) a diretriz da participação da comunidade limita-se a garantir o acesso de representantes dos segmentos dos usuários, gestores, profissionais de saúde e prestadores de serviço, de modo paritário, nos Conselhos de Saúde Municipais e Estaduais, propiciando-lhes influir na formulação de políticas de saúde e no controle de sua execução;
- c) o princípio da integralidade proporciona aos pacientes do SUS acesso às ações e serviços, desde a prevenção até a cura, em todos os níveis de complexidade do Sistema, com o objetivo de erradicar a causa e diminuir os riscos de agravos;
- d) por meio da diretriz da hierarquização possibilita-se que as ações e serviços restem organizados em níveis de complexidade tecnológica crescente, mostrando-se certo que o ingresso do usuário no SUS, eletivamente, dá-se por meio do nível de atenção básica;
- e) através da diretriz da regionalização objetiva-se assegurar aos usuários, dentre outros aspectos, o acesso às ações e serviços de saúde, cuja complexidade e contingente populacional transcenda a escala local/municipal.

DIREITO DO TRABALHADOR

100. Dentre as proposições abaixo, assinale a *INCORRETA*:

- a) acidente do trabalho é o infortúnio que ocorre pelo exercício do trabalho, acarretando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho;
- b) o ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho, durante a atividade laboral, deixa de ser equiparado a acidente de trabalho, para utilização dos benefícios da Previdência Social;
- c) os dependentes do trabalhador somente farão jus ao benefício acidentário caso o segurado faleça em virtude do acidente, ou por doença relacionada ao trabalho que desempenhou;
- d) o segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantido, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente;
- e) a empresa é responsável pela adoção e uso de medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador, também devendo prestar a estas informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular.